



Abril 2016 - ISSN: 1989-4155

DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: problemáticas da formação e constituição de metodologias de ensino

Maria das Graças da Costa¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).E-mail: gcosta.maria@gmail.com

Adriano de Oliveira Gianotto²

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).E-mail: adriatto@outlook.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Maria das Graças da Costa y Adriano de Oliveira Gianotto (2016): "Docentes de língua portuguesa na educação de surdos: problemáticas da formação e constituição de metodologias de ensino", Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (abril 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/atlanter/2016/04/surdos.html>

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir acerca das dificuldades enfrentadas pelos professores de Língua Portuguesa ao depararem-se com alunos Surdos. Nesse sentido, buscamos aqui refletir sobre a formação de tais profissionais, as metodologias existentes e o alcance dessas informações, o apoio do governo e secretarias de educação dentre outros fatores. Por meio deste trabalho pretendemos ainda problematizar a realidade dos educadores e propor atitudes de mudança e apoio a esses profissionais. É preciso compreender que o professor é apenas um dos vários lados na problemática da educação especial e que as propostas atuais caminham para uma formação bilíngue dos sujeitos Surdos, no entanto, poucas são as orientações e fraco é o apoio para que essa proposta possa ser posta em prática. Baseado em uma metodologia de pesquisa basicamente bibliográfica, com elementos de um estudo de caso, somada à vivência pessoal nessa realidade e dificuldades enfrentadas e compartilhadas com outros docentes, caminhamos aqui no sentido de expor a frágil organização das políticas voltadas para a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: surdez, Professores, Formação, metodologias

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHERS IN THE DEAF EDUCATION: problems of formation and constitution of teaching methods

¹ Licenciada em Letras/ Português pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Especialista em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); e Mestranda em Literatura e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Licenciado em Pedagogia ; Especialista em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e Mestrando em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

ABSTRACT

This article aims to discuss about the difficulties faced by Portuguese teachers when faced with Deaf students. In that sense, we seek here to reflect on the formation of such professionals, existing methodologies and scope of this information, government support and education departments and other factors. Through this work we intend to question the reality of educators and propose changing attitudes and support to these professionals. It takes compreeender that the teacher is just one of several sides in the issue of special education and that the current proposals go for a bilbique training of Deaf subjects, however, there are few guidelines and weak is the support for this proposal can be put In practice. Based on a methodology basically literature, with elements of a case study, coupled with personal experience in this reality and difficulties faced and shared with other teachers, we walk here in order to expose the fragile organization of policies for inclusion.

KEYWORDS: 1 DEAF. 2 TEACHERS. 3 TRAINING. 4 METHODOLOGIES

PROFESORES DE IDIOMAS PORTUGUÉS EN LA EDUCACION DE SORDOS: problemas de formación y constitución de los métodos de enseñanza

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir sobre las dificultades que enfrentan los maestros portugueses cuando se enfrentan a los estudiantes sordos. En ese sentido, buscamos aquí para reflexionar sobre la formación de estos profesionales, metodologías existentes y el alcance de esta información, el apoyo del gobierno y los departamentos de educación y otros factores. A través de este trabajo se pretende cuestionar la realidad de los educadores y proponer el cambio de actitudes y apoyar a estos profesionales. Toma compreeender que el profesor es sólo una de varias partes en el tema de la educación especial y que las propuestas actuales van para una formación bilbique de sujetos sordos, sin embargo, hay algunas pautas y débil es el apoyo a esta propuesta se pueden poner en práctica. Sobre la base de una metodología básicamente la literatura, con elementos de un caso de estudio, junto con la experiencia personal en esta realidad y las dificultades que enfrentan y compartidas con otros profesores, caminamos aquí el fin de exponer la organización frágil de las políticas de inclusión.

PALABRAS CLAVE: 1 SORDOS. 2 PROFESORES. 3 FORMACIÓN. 4 METODOLOGÍAS.

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa para alunos Surdos ainda hoje levanta muitos questionamentos. Fora isso, apesar do aumento no número de produções científicas e materiais na área, percebe-se ainda uma grande precariedade na organização de metodologias efetivas acerca do trabalho com esses sujeitos.

Podemos imaginar duas situações com relação ao ensino de Língua Portuguesa para alunos Surdos: a primeira diz respeito às escolas inclusivas, em que o aluno surdo é inserido em uma sala com alunos ouvintes – nessa situação é provável a presença do profissional intérprete transmitindo o conteúdo por meio da Língua de Sinais (nesse caso, é pouco possível que a aula assuma metodologias específicas que atenda as particularidades da aprendizagem do surdo); a outra situação seria em uma escola específica, com os demais alunos Surdos, em que, provavelmente, ocorreriam aulas ministradas em Libras pelo professor a partir de uma metodologia bilíngue. Sobre isso SILVA (2012, p. 146), destaca

Independente do espaço de escolarização dos Surdos (...) a Libras sempre deverá estar presente, não como meio de comunicação secular restrito a crianças em horário de intervalo, mas como língua de instrução, aprendizagem, pois é possível perceber que a Libras é entendida como primeira Língua e o português, como segunda.

No intuito de verificar a postura dos profissionais que atuam ou atuarão nessa realidade, este artigo busca identificar o atual estado dos docentes de Língua Portuguesa perante o ensino de alunos Surdos. Procuramos compreender os materiais de apoio disponíveis e, no caso de professores que já atuam nesse sentido, as dificuldades vivenciadas e possíveis melhorias quanto à qualidade de ensino e formação.

Na intenção de averiguar como efetivamente é encarado o ensino de português para esse grupo culturalmente formado e possuidor de uma Língua que os distingue, preocupamo-nos em saber se essas particularidades são efetivamente respeitadas e se a realidade da formação de licenciados em Língua Portuguesa pensa a formação desses alunos de modo especial. Tememos que não. Infelizmente, iniciamos este artigo de um modo pouco otimista, pois, por meio da realidade que presenciamos, a formação docente pouco ou nada reflete sobre o aluno Surdo, assim como qualquer outro aluno que fuja de um “modelo padrão ouvinte perfeito, sem dificuldades de aprendizagem ou qualquer outra característica que o diferencie dos demais”.

A realidade apresentada nas salas de aula das universidades formadoras é ainda bastante limitada, voltada de modo excessivo para a teoria e com tempo destinado a prática ainda mínimo. Ou seja, o aluno de licenciatura vivencia em seus anos de estudo uma formação que muitas vezes não condiz com a realidade que irá encarar ao assumir sua verdadeira função no mercado de trabalho, ou seja, em seu ambiente de atuação profissional.

1. TRANSFORMANDO UMA REALIDADE

A escola é um espaço de crescimento e aprendizado. Sendo assim, é dever desse ambiente fazer com que o aluno compreenda a necessidade da educação para sua vivência e futura atuação cidadã. Esse ambiente tão relevante acaba, contudo, enfrentando muitas dificuldades tendo em vista a multiplicidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem formal. Torna-se necessário considerar as especificidades dos sujeitos e a partir dessas características desenvolver as atividades, partindo dos interesses e necessidades de cada comunidade.

Diante desse processo, cabe aos professores a busca por metodologias que aproximem o alunado do conhecimento muitas vezes abstrato. Desse modo, visando construir relações entre algo intrínseco e comum aos alunos, como sua língua materna, a Libras, e a aprendizagem da Língua Portuguesa, muitas vezes desafiadora para esses alunos.

Na estruturação deste artigo partimos da pressuposição de que a formação atual dos professores de Língua Portuguesa é basicamente nula quanto à preparação para atuação com alunos Surdos. Compreende-se que, na maioria das vezes os professores sequer imaginam a possibilidade de terem um aluno com essa particularidade linguística e assim, quando entram em contato com essa realidade, não fazem ideia de como atuar; enquanto os alunos Surdos em escolas comuns devem esperar pela boa vontade dos professores para a busca de informação e formação complementar para efetivamente compreenderem como atuar diante dessa realidade; em outras ocasiões os professores apenas atuam baseados em observações e experimentações, tentando, na prática, desenvolver uma metodologia suficiente. Pretendemos assim, por meio de um estudo bibliográfico e uso de questionários

aplicado aos professores de LP, compreender essa realidade e propor formas para auxiliar esses profissionais de modo mais efetivo.

Desse modo, organizamos uma revisão bibliografia sobre Ensino de Língua Portuguesa para alunos Surdos para que, a partir desta seleção, possamos identificar metodologias práticas para o ensino dessa disciplina e suas aplicações. Por meio deste procedimento, almejamos organizar os materiais de destaque disponíveis gratuitamente acerca desse tema para a confecção de um guia de produções relevantes para a organização de metodologias de ensino para ensino de LP para Surdos.

Com este trabalho temos o interesse de conscientizar profissionais licenciados acerca da relevância da formação em Libras e difundir a Língua de Sinais, além de propagar a cultura de busca e formação continuada por parte dos professores de Língua Portuguesa. Nossos planos nos levam a crer que é possível transformar a realidade começando por nós mesmos, contudo, quando nos unimos em um objetivo conjunto torna-se mais fácil alcançarmos nossos sonhos. Diante disso, agimos no intuito de estimular novas práticas e instigar o espírito crítico dos docentes, que devem lutar por uma formação mais completa participando de modo ativo na construção da educação pública de nosso país.

É importante ressaltar que o presente artigo foi realizado no Estado da Paraíba, especificamente no município de Campina Grande. Sendo resultado de uma reflexão real de uma professora de Língua Portuguesa que se depara com o desafio de ensinar alunos Surdos sem ter tido acesso à devida formação, trabalhando diariamente para a constituição de uma metodologia que consiga superar as barreiras existentes entre a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais. Estando em contato direto com essa realidade é possível observar mais fielmente as dificuldades enfrentadas por professores e alunos nesse processo de aprendizagem. Percebe-se então que as políticas de formação e atualização docente ainda apresentam certo atraso em seu desenvolvimento.

É evidente que a tardia inserção da Libras no currículo das universidades é um fator extremamente negativo para a formação docente no tratamento da diversidade em sala de aula. O fato de sequer discutir-se a questão do ensino de alunos Surdos durante o período de formação evidencia quão despreparados esses professores entrarão em sala de aula no que concerne ao trabalho com essas especificidades.

A Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua de Sinais em todo o país. Esta lei foi regulamentada e seus fundamentos foram publicados por meio do decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005, tornando obrigatório

o uso da Língua de Sinais não somente para os Surdos, mas também para os professores que atendam esses alunos, além de disciplinar a presença de intérpretes de Libras. (Faria & Cavalcante (org), 2010, p. 92-93). Esse decreto também determina a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e cursos de fonoaudiologia.

2. POLÍTICAS SOBRE EDUCAÇÃO DE SURDOS E FORMAÇÃO DOCENTE

Como nos apresenta Vieira-Machado e Lopes, em seu livro *Educação de Surdos – Políticas, Língua de Sinais e Cultura Surda*, o reconhecimento legal da libras por meio da Lei 10.436 de 2002, intitulada frequentemente como Lei da Libras regulamentada pelo decreto 5.626 de 2005, faz parte de uma proposta de difusão e reconhecimento de Língua Brasileira de Sinais. Somada a essa regulamentação temos outras ações que subsidiam esse plano, como, por exemplo, as delimitações contidas em seu decreto que determinam a inclusão da Libras na cursos de pedagogia e Licenciaturas, assim como em alguns cursos da área da saúde.

É a partir desses aspectos que pensamos este trabalho, tendo em vista avaliar se essas atitudes de difusão e fortalecimento da Libras realmente sutem efeito na formação de profissionais docentes, tendo em vista que estes estarão em contato direto com o aluno surdo em seu processo de formação e desenvolvimento como cidadão.

Vieira-Machado e Lopes ainda questionam acerca do alcance da legislação quanto ao fortalecimento da Libras, afirmando que:

São vários os desdobramentos desencadeados a partir da Lei da LIBRAS enquanto política linguística que vem fortalecer a comunidade linguística brasileira, embora ainda tenhamos uma política maior que legitima o português como “a” língua brasileira, submetendo as demais línguas, inclusive a Libras, a um status de menos valia. (p. 30)

Por meio dessas colocações percebemos a desconsideração com o conceito de plurilinguístico reforçado pelo processo de globalização, em que “ter mais de uma língua não representa mais um problema ou uma ameaça à nacionalidade de um determinado país, e sim mais poder, mais elasticidade cognitiva, mais flexibilidade

social, etc.”. Temos ainda que “em uma perspectiva plurilíngue, o status de cada língua é reconhecido, e as línguas desempenham diferentes papéis atribuídos por seus falantes”, desse modo “assegurando o uso e a difusão dessas línguas em um mesmo país”. (p. 29) Essa é uma questão bastante relevante que deve ser discutida e avaliada quanto a validação e valorização de determinadas línguas diante de outras, reforçando relações comparativas desleais e prejudiciais.

3. QUESTÕES PRÁTICAS

Este ponto destina-se a discutir aspectos referentes à realidade prática da sala de aula no que concerne ao ensino de Língua Portuguesa para alunos Surdos, pensando nos principais problemas existentes na realidade atual e refletindo sobre aspectos de interesse dos professores em seu planejamento e na realização das aulas de Língua Portuguesa.

O primeiro fator a ser levando em conta é a vivência e experiência visual do aluno surdo. Este aspecto deve ser considerado em todos os trabalhos com textos em Língua Portuguesa, assim como na organização de explicações sobre conteúdos linguísticos. É importante que o professor compreenda que a organização dos textos, ilustrações, espaçamentos, margens e demais aspectos gráficos podem influenciar de modo significativo no entendimento do texto por parte deste aluno. Sendo assim, torna-se interessante a constante reflexão sobre as escolhas de materiais textuais a serem trabalhados em sala de aula, preferindo-se sempre àqueles que apresentam maior clareza, estímulo visual e organização espacial. No mais, temos opções de uso de cartazes, slides, tabelas, gráficos, esquemas, etc., todos bastante positivos no aprendizado de vários conteúdos, podendo ser utilizados das mais diversas maneiras.

Outro fator determinante é o trabalho com o léxico da Língua Portuguesa. Pensando no que diz Turazza (1998), a relação “léxico-cultura-ideologia” são fatores que devem ser pensados no ensino de segunda língua. Pesquisas na área do léxico apresentam lacunas na compreensão de como os indivíduos adquirem o léxico de uma língua, contudo, sabemos que o léxico exerce uma das funções mais importantes para a comunicação humana, tanto no que se refere a seus aspectos sociais quanto aos cognitivos. No mais, devemos considerar que pouco se sabe a respeito de como os indivíduos aprendem e memorizam o léxico de uma língua. No que concerne a relação com os Surdos temos a busca por adquirir uma língua à qual já se encontram expostos,

integrando um meio linguístico que lhes é parcialmente desconhecido, buscando aprender uma língua dominada por um grupo majoritário.

Esta realidade levanta posicionamentos quanto ao respeito à Língua de Sinais e o espaço destinado à Língua Portuguesa. Nesse sentido, retomando a questão crucial do espaço destinado a cada língua na formação escolar.

Observe que levantamos apenas duas questões e muitos questionamentos sugeriram. Por isso não devemos imaginar que as propostas de educação de Surdos estão finalizadas. Pois, pensando na consistência e efetivação dessas propostas, nos parecem ainda iniciais.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A história e o desenvolvimento da educação de Surdos passaram por grandes mudanças e transformações. Na Antiguidade, os Surdos eram considerados incapazes de aprender, sendo assim excluídos da sociedade e tendo sua cidadania renegada. Porém, nomes como Girolamo Cardano (Na Idade Moderna - séc. XVI), Ponce de Leon, Juan Pablo Bonet, Abade L'Epée e outros, modificaram este pensamento e trouxeram grandes contribuições para a formação desses sujeitos.

Após esse momento de contribuições e transformações surgiram outras linhas de pensamento que novamente subjugaram a capacidade dos Surdos. Contudo, após eventos como o período do *Oralismo* (visão clínica da Surdez) e da *Comunicação Total* (uso de meios variados para a comunicação), temos o surgimento da linha de pensamento denominada *Bilinguismo* que finalmente passa a respeitar a Língua de Sinais como Língua oficial dos sujeitos Surdos assim como a consideração à sua cultura e identidade.

No Brasil, também vivenciamos essas linhas de pensamento, contudo, seguimos aqui o ponto de vista desta última linha, desse modo, compreendemos que o sujeito Surdo tem como primeira língua a Libras e a Língua Portuguesa como segunda; “Não é o caso de língua estrangeira porque ele se encontra no Brasil, mas é a segunda língua, já que adquire naturalmente uma língua espaço-visual”. (Silva, 2012, p. 149)

Assim sendo, recorreremos a leituras acerca da estrutura e configuração da Libras, sua relação com a Língua Portuguesa e as metodologias atuais de ensino de segunda língua. Por meio desses textos, analisaremos o estado atual de publicações a

respeito da temática e entraremos em contato com profissionais da área para melhor entendermos como essas leituras constituem-se na prática de ensino.

Como nos apresenta Honora *et al* (2010, p. 13):

No Brasil, a educação dos Surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet, [...], que trouxe consigo o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Com grande influência desta, deu-se origem à Língua Brasileira de Sinais.

Nesse sentido, a Libras passou por vários momentos até seu atual desenvolvimento, porém, é ainda ignorada e desconhecida por muitas pessoas. Sua oficialização tardia e atrasada entrada no currículo das universidades formadoras de licenciados é um dos muitos fatores para a demora em sua aceitação e ainda pequena quantidade de usuários.

Ainda é espantoso observar que muitos profissionais da educação sequer tenham conhecimento acerca da Língua de Sinais brasileira e ignoram o fato de que esta se constitui como língua por atender linguisticamente todos os parâmetros que determinam sua oficialização como tal. Fernandes (2010, p. 66) destaca que “com o movimento da inclusão educacional, por exemplo, percebemos que há um total desconhecimento sobre a singularidade linguística dos alunos Surdos por parte dos professores do ensino regular”.

Para tanto, considerando os professores de Língua Portuguesa, fez-se necessário que estes não somente aprendam a LIBRAS como também conheçam sua constituição e as particularidades do ser surdo como sujeito visual. São muitas as questões que o professor de língua deve considerar ao propor-se ao ensino de português para um aluno surdo e uma das mais relevantes é o respeito a Libras como sua primeira língua.

É um grande absurdo imaginar que ao dispor um profissional intérprete em uma sala de aula todos os problemas estarão sendo solucionados, como se a surdez pudesse ser comparada a uma deficiência física, em que a construção de uma rampa fosse a grande resposta. Não é. A aprendizagem do sujeito surdo requer do professor de língua uma compreensão ampla sobre o funcionamento de sua aprendizagem, assim como dos demais professores. Contudo, obviamente o aprendizado de Língua Portuguesa torna-se bem mais complexo quanto ao das demais disciplinas do currículo escolar, pois, ao pensarmos nas particularidades desse grupo, percebemos que o

Português é compreendido de modo bastante singular. Caso o professor desconheça esses fatores, dificilmente conseguirá alcançar algum objetivo quanto à aprendizagem de seu aluno. A simples interpretação do que é dito em sala não é capaz de transmitir a este aluno uma real aprendizagem de língua. Como confirma Campos (2013) por meio da fala de Lacerda:

A presença de um intérprete de Língua de Sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre surdez e sobre a Língua de Sinais, entre outros. (p. 56)

É importante que o profissional docente saiba quais as necessidades deste sujeito diante da LP e também consiga organizar metodologias que respeitem suas diferenças como ser visual, usuário de uma língua com modalidade diversa da nossa.

Para isso é preciso uma concepção de Língua pautada na função social, conhecimentos acerca de ensino de língua estrangeira, saberes sobre estrutura e organização da Libras – domínio da Libras, dentre muitos outros conhecimentos que sequer sonhamos quando estamos nos formando como professores. Enfim, são muitas as questões e muitos os desafios diante dessa realidade, e apenas unidos conseguiremos contorná-las.

Como nos mostra Moura, quanto ao papel da escola na formação do sujeito surdo, temos que “ela não deve funcionar tão somente como espaço de circulação de língua ou de conteúdos educacionais, mas também deve ser o lugar por excelência onde a cultura surda pode estar presente” (p. 21). Assim sendo, o espaço escolar amplia-se em sua função e atuação na constituição cultural desses alunos.

No mais, Moura discute ainda sobre a relação de adaptação da escola para com o aluno surdo, afirmando que:

A escola, quando adaptada para o aluno surdo, respeita sua diferença e faz esforços para inseri-lo nas atividades da vida diária que são transmitidos pela audição. Dessa forma, é importante que ele possa ter conhecimento das informações que são apresentadas pelo som, mas que lhe devem ser interpretadas de um jeito que ele possa compreendê-las. (p. 22)

Nessa fala percebemos o quão importante é a postura da escola diante das diferenças, o respeito às particularidades de cada sujeito e a autonomia quanto à organização de seu currículo e definição de metodologias específicas no trato com as especificidades de cada aluno.

Seguindo nossos apontamentos, pensando na escola como ambiente primeiro de valorização do sujeito e contato com a sociedade nos primeiros anos de formação, percebemos como é importante que esse ambiente promova atitudes de respeito e aceitação. É na escola que construímos nossas primeiras relações e aprendemos normas básicas de comportamento em comunidade. No caso dos sujeitos Surdos, é necessário que estes também vivenciem sua cultura e possam realizar contratos sociais entre outros sujeitos da mesma comunidade.

Como conclui Vieira-Machado e Lopes (2010, p. 44):

não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer parte ou não do cenário da proposta escolar, mas sim tornar possível a existência das línguas, reconhecendo-as de fato e constituindo um espaço de negociação permanente.

5. METODOLOGIA

Metodologicamente, seguiremos uma abordagem indutiva, em que partiremos de uma situação particular para considerar a situação geral. Procuraremos identificar, por meio da pesquisa de campo e estudo bibliográfico, a realidade dos professores de Língua Portuguesa no que concerne a educação de alunos Surdos.

Através de discussões e pesquisa bibliográfica buscaremos construir uma visão do estado atual da formação dos docentes de Língua Portuguesa quanto a seus conhecimentos acerca da Libras, da constituição cultural do sujeito surdo e dos modos específicos de aprendizagem desses sujeitos.

Nesse sentido, entraremos em contato direto com professores para compreendermos a realidade por meio do discurso do próprio profissional. Buscamos assim entender quais os aspectos mais discutidos e as dificuldades mais evidentes e assim refletirmos sobre como lidar com tais questões. Pretendemos organizar um trabalho que sirva de apoio aos professores e junto com estes, propor respostas coerentes. A pesquisa bibliográfica servirá de norte e também funcionará como

referência para tais profissionais, com leituras e análise dos principais textos e maior atenção aos que tratam de aspectos práticos do ensino de Língua Portuguesa para Surdos.

Ao acessarmos a página oficial do Ministério da Educação percebemos que a Educação Especial é um grande bloco, onde se organizam todas as ações voltadas para qualquer diferença; deficiência ou necessidade especial. Nessa seção encontramos ações referentes a educação de cegos, Surdos, deficientes mentais, deficientes físicos, etc. Nesse sentido percebe-se, claro, certa generalização quanto as necessidades desses sujeitos, sendo que as demais iniciativas distribuem-se pelos demais espaços do portal:

Essa mudança radical nas propostas de uma sociedade para todos foi alavancada em 1994, quando representantes de oitenta países reunidos na Espanha, elaboraram e assinaram a Declaração de Salamanca que trouxe para sociedade uma nova ordem de participação para seus membros.

As recomendações contidas nessa declaração trouxeram para as escolas uma nova forma de combater a discriminação, trazendo para elas responsabilidade extensiva a toda a sociedade. Se antes parecia que a deficiência era um problema individual agora muda de foco, ou seja, aponta para uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, tendo a escola como um de seus principais representantes. (Faria & Cavalcante, (org), 2010, p 100)

No portal temos as propostas de inclusão por meio de projetos, ações e campanhas que defendem que crianças com necessidades especiais devem frequentar o mesmo espaço das demais, para que assim integrem-se na comunidade. Desse modo, percebemos que as propostas dessa entidade sustentam a ideologia da inclusão e da “aceitação” da diferença, proposta bastante positiva caso tivéssemos um sistema educacional realmente ativo, capaz de fornecer qualidade de tratamento, boa formação e estrutura para o atendimento justo para com esses sujeitos. Contudo, o que tristemente percebemos é uma grande quantidade de escolas despreparadas que não conseguem atender regularmente esses alunos.

Continuando nossa análise acerca do portal do MEC, adentramos o tópico *Portal do Professor*, nele temos um ícone que nos leva a outra página, com menus onde podemos acessar materiais disponíveis de apoio aos professores. São disponibilizadas também modelos de aulas, vídeos, materiais de cursos dentre outros. Percebemos então que há, de certo modo, uma quantidade razoável de materiais acerca da temática, contudo pouco divulgados. Percebemos que, caso o professor tenha a autonomia de

pesquisar e selecionar os tópicos de seu interesse pode ter algum êxito, sem, no entanto, estar disponível qualquer orientação técnica de um profissional da área que possa auxiliar o docente diante da temática muitas vezes desconhecida.

Percebemos então que os aspectos referentes à formação estão ainda em um plano muito restrito, com pouca divulgação e quase nenhuma ação prática. Desse modo, a dificuldade referente ao trabalho com alunos com necessidades especiais acaba sendo justificada.

Em uma breve pesquisa na internet (tendo em vista serem poucas as publicações e não estarem facilmente disponíveis de forma física (impressa)), encontramos as principais publicações relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa para Surdos. São elas:

- Ensino de Língua Portuguesa para Surdos – Caminhos para a prática pedagógica (vol. 1) - 2004
- Ensino de Língua Portuguesa para Surdos – Caminhos para a prática pedagógica (vol. 2) - 2004

(Ambos com o intuito de apoiar e incentivar a formação de professores de Língua Portuguesa da educação básica no ensino de Língua Portuguesa escrita para Surdos).

- Idéias para ensinar português para Surdos. 2006

Sobre os materiais destacados acima, é importante discutirmos acerca da organização e escolhas teóricas dos mesmos.

5.1 Discussões sobre as proposta do Ministério da Educação

Percebemos que os materiais Ensino de Língua Portuguesa para Surdos I e II atuam de modo complementar, resultados de estudos e pesquisas com participação de profissionais atuantes na área e com conhecimento prático e teórico que sustentam a escolha do Ministério da Educação.

Os dois materiais relacionam-se bem, pois o primeiro trata de questões mais teóricas e o segundo busca apresentar aspectos práticos da educação de sujeitos Surdos. Ambos apresentam uma fundamentação teórica ampla, muitas vezes focada na história,

organização e estrutura da Língua Portuguesa. Os aspectos sobre língua e cultura são também bastante discutidos, assim como a língua e sua relação com a construção da identidade dos sujeitos. Os aspectos práticos buscam subsidiar o professor na aplicação de conteúdos em sala de aula, com exemplos e dicas de materiais.

No segundo material, onde predominam pontos mais específicos do trabalho em sala de aula, percebemos que os exemplos são interessantes, contudo, recorre-se a textos mais complexos. Fora isso, há também a falta de recursos visuais e exemplos de textos muito extensos. Por fim, acreditamos que os exemplos utilizados e atividades dispostas são bem organizados e podem, de modo adaptado, fazer parte do cotidiano de alunos Surdos, porém em forma de sequências didáticas tendo em vista o tamanho dos exercícios e tempo necessário pra leituras e discussões.

Muitas vezes a fundamentação teórica se sobrepõe a questões práticas e atuais, tornando a leitura um pouco cansativa. Os aspectos sobre educação de Surdos também são apresentados e temos um boa abordagem comparativa entre as línguas, sendo, portanto, um suporte teórico interessante, mesmo que possa parecer muito abstrato pela excessiva teorização, por vezes exaustiva e desestimulante para aqueles que não vivenciam a Língua de Sinais ou que possuam pouco contato com sujeitos Surdos. Nesse ponto, compreendemos que o material não pode ser considerado como destinado ao primeiro contato dos professores com o trabalho de ensinar Língua Portuguesa para Surdos, mas que faz mais sentido para aqueles que já atuam na área e necessitam de atualização ou aprofundamento.

Sobre o material “Idéias para ensinar português para Surdos” (2006), percebemos que o mesmo volta-se para a formação de professores da educação fundamental inicial, com exemplos de trabalho para o início do ensino de português para Surdos. Desse modo, apresenta ideias mais simples e textos mais curtos, com maior ludicidade e apelo visual. Fora isso, é também bem constituído teoricamente e traz informações relevantes para os profissionais da área.

É importante destacar que estamos analisando as publicações do Ministério da Educação divulgadas e disponibilizadas a partir de 2002, ou seja, após a efetivação da Lei de Libras. Assim sendo, pensamos em uma orientação promovida após novas discussões e implementações dessa instituição assim como a obrigatoriedade de disciplinas de libras nos cursos de licenciatura.

5.2 O Posicionamento dos professores

Por meio dos questionários respondidos pelos professores de Língua Portuguesa, no intuito de compreender a concepção dos mesmos sobre essa questão, obtivemos as seguintes conclusões:

O grupo de professores que participaram de nossa pesquisa constituiu-se de 10 profissionais, formados entre os anos de 2005 a 2013, dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba (Estados vizinhos) e advindos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade federal de Campina Grande. A idade dos participantes varia em torno de 23 e 37 anos, e destes, apenas dois chegaram a cursar a disciplina de Libras no período de graduação, apesar de a maioria afirmar conhecer a Libras. O tempo de atuação profissionais destes professores gira em torno de 8 meses a 9 anos.

Em nosso questionário, perguntamos quanto ao nível de conhecimento em Libras, em que obtivemos como resposta “bom conhecimento teórico e prático” de apenas dois sujeitos; os demais responderam que possuem pouco conhecimento, apenas teórico, ou nenhum conhecimento. Do mesmo modo, poucos chegaram a realizar cursos de Libras fora do ambiente acadêmico (somente três).

Obtivemos respostas interessantes ao questionarmos o conhecimento e contato com sujeitos Surdos: a grande maioria afirmou conhecer e/ou ter contato com sujeitos Surdos, porém, pouquíssimos chegaram a atuar profissionalmente com esses sujeitos (em sala de aula) e também não conhecem os materiais do Ministério da educação acerca do tema, nem tampouco afirmaram conhecer o ensino de Português como L2.

Fora isso, também buscamos averiguar o posicionamento dos professores sobre o ensino de Surdos na escola regular (inclusão), em que os mesmos afirmaram categoricamente que acreditam em um total despreparo dos profissionais docentes quanto ao atendimento de qualquer necessidade especial, inclusive quanto ao ensino de alunos Surdos; afirmaram acreditar que esse despreparo advém da defasagem na formação acadêmica e falha na organização curricular das universidades. Um dos sujeitos afirmou o seguinte ao ser questionado se acreditava que os professores estariam preparados para essa realidade:

***Sujeito 4:** Embora as universidades estejam , aos poucos, incluindo a disciplina de libras em suas grades curriculares, ainda é uma mudança tímida. Acredito que os professores ainda não estão preparados para lidar, não somente com alunos*

Surdos, mas com discentes que estão nas salas de aula regulares e requerem atenção especial. Tal fato ocorre por lacunas em seu processo de formação profissional ou na escassez da oferta e de vagas em cursos que abordem temas e atividades práticas relacionadas ao contexto escolar onde estes alunos se fazem presentes.

Sobre a presença do intérprete em sala de aula, a grande maioria dos professores afirmou considerar importante, contudo, não o suficiente, sendo necessário conhecimento de Libras também por parte do professor para que haja uma relação eficiente entre professor e aluno e o intérprete não necessite assumir o papel de docente. Sobre as metodologias e adaptações necessárias aos alunos Surdos, os professores demonstraram certo conhecimento da necessidade, mas pouco aprofundamento.

Por fim, sugestões foram feitas pelos professores sobre as necessidades mais urgentes quanto à formação profissional, essas sugestões giraram em torno de atualização curricular das universidades, ampliação da disciplina de Libras e convênios com instituições e pesquisadores da área para uma formação mais consistente. Um dos sujeitos afirmou:

Sujeito 2: Primeiro os cursos de licenciatura precisam formar de fato os futuros professores para conhecerem e trabalharem junto aos alunos Surdos, de modo a atender suas necessidades pedagógicas. Além disso, as redes de ensino que recebem os alunos Surdos nas escolas precisam buscar apoio junto aos profissionais e pesquisadores que conhecem as necessidades educacionais dos alunos Surdos para fazer com que os alunos Surdos avancem em seu processo de aprendizado.

Assim sendo, pretendemos mostrar que, infelizmente, é ainda pequeno o espaço dedicado a discussões e produções voltadas à temática do ensino de português escrito para Surdos e que, as poucas publicações oficiais não dão conta das várias realidades vivenciadas em sala de aula. Fora isso, percebemos como ainda é pequena, ou quase inexistente, a divulgação e discussão de tais publicações no ambiente acadêmico.

Como coloca a Pedagoga, Intérprete, Professora, Fonoaudióloga e Pesquisadora Neiva de Aquino, pensando no que fala Silva (2004, p. 3) “no processo de inclusão, tal como está sendo implementado, será impossível falar em indivíduos com autonomia de consciência, [...], pois o ideal da adaptação social leva à perda da individualidade”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio destes estudos percebemos que, apesar da existência de publicações interessantes sobre metodologias de ensino de Português para Surdos, há ainda um longo caminho a se seguir, pois, infelizmente, a maior parte do processo de formação desses sujeitos ainda é elencada somente à escola, que pouco possui apoio para um trabalho realmente consistente.

Pensando nessa problemática, compreende-se que, enquanto a responsabilidade de formação e apoio aos sujeitos Surdos estiver unicamente abdicada à escola pouco se conseguirá. Tendo em vista ser necessário um trabalho conjunto entre escola, família e Estado para a promoção do verdadeiro desenvolvimento desses sujeitos.

Essa pequena análise e discussão nos mostra grandes problemáticas dessa realidade. Contudo, pretendemos ampliar este artigo para uma pesquisa mais profunda com participação de um número maior de sujeitos e um número maior de análises no intuito de apresentar um panorama geral da situação de formação dos docentes perante alunos Surdos. Sabemos que, no momento, estamos em uma fase de descoberta, apesar de tardia, da necessidade de formação e organização de metodologias de ensino nesse contexto. Contudo, é também a hora exata de alavancarmos essas discussões e efetivamente transformamos essa realidade, por meio de ações conscientes de mobilização e busca de novas propostas e modelos que nos auxiliem no trabalho com esses sujeitos.

Chegamos ao fim deste artigo ainda com a sensação de que muito há para ser dito. Isso porque realmente a temática da formação de Surdos em Língua Portuguesa escrita é muito polêmica e merece ser discutida e rediscutida o quanto for necessário.

Em nossa vivência como professores de Língua Portuguesa para alunos Surdos, percebemos que existem muitos desafios em nosso caminho. As metodologias de ensino propostas ainda precisam ser pensadas de maneira mais prática. O que temos é uma grande lista de orientações que muitas vezes parecem extremamente distantes da realidade.

Como nos esclarece Mariana de Lima (Surda), em seu capítulo *Educação inclusiva para Surdos e as políticas vigentes*:

Lembre-se que não é simplesmente a formação de professores proficientes em Libras que solucionará os problemas da educação de Surdos. Isso envolve também o reconhecimento dos aspectos didáticos e metodológicos adaptados à cultura surda e à Língua de Sinais, que são diferentes de uma aula destinada a alunos ouvintes. Educação inclusiva não significa apenas ofertar acesso dos alunos às escolas ou à língua, é necessário a formação profissional específica para se trabalhar com esses alunos, e, também, saber lidar com as diferenças de cada aluno e interagir de forma correta com cada um deles. (p. 38)

Percebemos que, a cada dia, novas dificuldades surgem e as práticas precisam ser repensadas constantemente. Realidades como alunos Surdos que chegam à escola tardiamente, sem quase conhecerem sua própria língua; alunos com deficiências associadas à surdez e que também apresentam desfalque em sua formação; crianças sem nenhuma relação comunicativa com a família e ainda em processo de formação de sua identidade como sujeitos; alunos sem condições nem apoio material ou emocional; enfim, uma infinidade de casos que destroem as fórmulas propostas por tantos parâmetros dispostos e que acabam por estar a mercê da boa vontade de professores e profissionais que, na maioria das vezes, atuam quase autonomicamente.

A inspiração para a construção deste artigo surgiu de uma vivência, um contato real com situações ignoradas durante o processo de formação como professor; advindas de inquietações diárias, descobertas e angústias sentidas em contato direto com essa realidade.

Percebo as dificuldades da comunidade surda porque observo e vivo essa realidade. Tenho alunos com uma formação mínima em Língua Portuguesa escrita, vítimas de um sistema que não funciona. Tenho alunos que expressam seus anseios e buscam em mim uma resposta para suas dificuldades. Tenho alunos que continuam tentando aprender apesar das barreiras impostas e outros que já desistiram, mas continuo tentando cativá-los e ensiná-los diante do meu possível.

Ademais, esperamos que este artigo seja como uma árvore, e dê frutos de inspiração para que outros também discutam esse tema tão relevante. E espero ainda dar continuidade a este estudo e ampliar as possibilidades dos que atuam na área.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **CULTURA ESCOLAR: Proposições Oficiais para Ensino da Leitura e Escrita para Alunos Surdos**. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/02/compar1.php>

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para Surdos e as políticas vigentes. In: **Tenho um aluno surdo, e agora?** LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Edufscar, 2013.

CRISTINI, Daiane. ALMEIDA, Jorge. **Manual Acadêmico**: Orientação para trabalhos acadêmicos/projetos de pesquisa e Trabalhos de Conclusão de Curso. Guia de orientação. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.sequencialctp.com.br/download/index/manual-academico-TCC_pdf

FARIA, Evangelina Maria Brito de. CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. **Língua Portuguesa e Libras – Teorias e Práticas**. Vol. 1, Vol. 2 e Vol. 3. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FERNANDES, Sueli. Os movimentos Surdos e a resistência ao ouvintismo. In. **Educação de Surdos**. IBPEX, 2010.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. SARUTA, Flaviana Borges da Silveira (Revisão). **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

MANFRÓI, José. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Curso de Pós-Graduação Lato Senso a Distância. Portal Educação/ Universidade Católica Dom Bosco. Material da disciplina. Disponível em:

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica** [et al] . _ Brasília : MEC, SEESP, 2004. v. 1 e 2 : il. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Publicações sobre Ensino de Língua Portuguesa para Surdos. Disponíveis em: <http://www.mec.gov.br/>

SARANDY, Flávio Marcos Silva. RODRIGUES, Alberto Tosi. **Modelo básico para elaboração de um projeto de pesquisa**. Apostila compilada com transcrições sem referência. Disponível em: http://www.ufrgs.br/laviecs/biblioteca/arquivos/como_fazer_%20pesquisa.pdf

SILVA, Lídia da. **Língua brasileira de sinais – Libras**. 2. ed. Curitiba: Fael, 2011.

TURAZZA, Jeni Silva. O léxico em línguas de interface: dificuldades de aquisição de vocabulário. IN: SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. **Português língua estrangeira: perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998.

VIEIRA-MACHADO, Luciyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. (orgs)
Educação de Surdos – Políticas, Língua de Sinais e cultura surda. Santa Cruz do
Sul: EDUNISC, 2010.